

consciência do professorado e da população que é figura do passado o professor omisso, carneirinho, que tudo aceitava de cabeça baixa. Mas ao mesmo tempo estamos aprendendo que este Governo que ninguém escolheu é um mar de mentiras, violências e corrupção."

E continua o Prof. Godofredo:

"Diversas faces deploráveis", e, sob vaías dos presentes a cada vez que citava um nome do Governo, apontou o Prefeito Israel Klabin e o Secretário Arnaldo Niskier como responsáveis pela mentira, o Deputado Miro Teixeira pela demagogia e o Governo no conjunto pela violência.

Por isto, disse o professor Godofredo da Silva Pinto, a proposta pela manutenção da greve visa a garantir as negociações. "Se voltássemos hoje ao trabalho haveria uma entrega total. Parados, unidos e mobilizados teremos condições de forçar a abertura de canais de negociações."

É preciso que se diga, Srs. parlamentares, que os vencimentos que postulamos os professores estaduais vão de Cr\$ 8.000,00 a .... Cr\$ 13.000,00, menos do que ganha um 3.º-sargento. O que ganha hoje um professor primário corresponde ao que recebe um soldado arranchado. É preciso que se digam essas coisas e se façam paralelos, porque, toda vez que se cogita de aumentar o servidor civil, não há disponibilidade no Tesouro. Vêm os pressurosos Ministros da Fazenda, que são prestigiadores, diante dos vídeos das televisões, a anunciar que a espiral inflacionária ameaça este País, que não há recursos no Tesouro. Mas só a espiral inflacionária serve para justificativa de injustiças clamorosas, que só as greves justas e legítimas podem resolver, pela pressão que fazem, representando a opinião pública, dentro de um Governo atrabiliário, arbitrário e injusto.

**O SR. BENEDITO MARCILIO (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Anistia se transformou no veículo em que se manifestam hoje as legítimas aspirações nacionais. No esquecimento de todas as punições efetuadas sob o império de um regime de terror estão depositadas as esperanças de milhões de brasileiros, de trabalhadores da cidade e do campo, ansiosos por justiça social, por liberdade e pela quebra definitiva das correntes que nos trazem escravizados, submetidos aos interesses do Capital Internacional.

Anistia para os trabalhadores é apenas uma etapa no caminho de sua libertação. Através dela esperamos conquistar novos horizontes, derrubar as cadeias que mais diretamente nos oprimem. Queremos de volta, no pleno exercício de seus direitos, todos os Dirigentes Sindicais, líderes da classe operária arbitrariamente afastados de nosso convívio.

Esta Anistia terá de ser a mais ampla e irrestrita possível. O clamor dos brasileiros desaparecidos, torturados, assassinados nos cárceres da ditadura não permite que aprovemos o projeto que quer enganar o nosso povo, que quer fazer demagogia com o nosso sofrimento e com nossos justos anseios de liberdade.

Não podemos anistiar torturadores, essa excrescência da natureza humana, que têm de responder pelos covardes crimes que praticaram.

Os companheiros que arriscam a vida em greve de fome, em protesto a este projeto, exigem de nós, parlamentares, urgência na aprovação de uma Anistia ampla, geral e irrestrita. Há trinta dias sem comer, os companheiros presos encontram-se em risco de vida e representam os mais puros anseios de justiça em nossa Pátria.

É preciso que tomemos consciência, entretanto, de que a aprovação do Projeto de Anistia não representa muito se não vier acompanhado do fim de toda a legislação repressiva, como Lei Antigreve e Lei de Segurança Nacional, do desmantelamento de todo o aparato repressivo, os DOI-CODIS, as câmaras de tortura e de todas as organizações que, clandestinamente ou não, impedem a livre organização dos trabalhadores.

A Comissão Mista que examinou o projeto do Governo acolheu parcialmente duas emendas por mim apresentadas, referentes à Anistia para os líderes Sindicais e para os empregados de Empresas Públicas e de Economia Mista. Este fato representa uma pequena vitória mas que muito me orgulha, e que tributo à classe trabalhadora.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a mobilização do povo brasileiro, particularmente dos trabalhadores, saberá impor em breve um Governo livre e representativo. Nada nos afastará da luta. Continuaremos firme em nossos objetivos, e os trabalhadores saberão conquistar novas vitórias como a que agora estamos obtendo, nesta frente em que participam os Sindicatos, os Comitês Brasileiros pela Anistia, as Associações de Bairros e todas as Organizações Democráticas que hoje lutam ao nosso lado.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. WALDMIR BELINATI (MDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, enquanto houver brasileiros presos, exilados, injustiçados ou humilhados, não teremos regime democrático e digno desse nome. Enquanto houver leis de exceção ou aparelhos repressivos responsáveis por torturas, assassinatos, "suicídicos", desaparecimentos e deformações físicas e psicológicas de milhares de brasileiros, não haverá a pacificação nacional, nem teremos como e por que acreditar no gesto de conciliação.

A anistia que se pretende hoje não deve ter outro sentido senão o de pacificar, de perdoar, de trazer de volta todos os brasileiros e de uni-los na construção de nossa sociedade.

A anistia que a Nação espera deve ser ampla, para todos os atos de manifestação de oposição ao regime, geral, para todas as vítimas de atos de exceção, e irrestrita, a fim de que não haja discriminações irracionais e odiendas. Apenas uma anistia ampla, geral e irrestrita permitirá uma democracia capaz de criar as condições para a solução dos grandes e trágicos problemas que afligem o povo brasileiro.

Não podemos ignorar os apelos e apreensões dos setores mais responsáveis pela nacionalidade, entre eles, o clero, estudantes, trabalhadores, cientistas e intelectuais, em defesa da anistia verdadeira, acompanhada do gesto capaz de promover o desaparecimento das tensões inevitáveis em todo o País.

Não podemos ignorar ou permanecer insensíveis à greve de fome dos presos políticos, que não são criminosos por natureza, nem por inclinação, nem terroristas, senão vítimas do regime.

Queremos uma anistia ampla, geral e irrestrita que devolva ao convívio da Nação todos os brasileiros dela afastados, que devolva aos trabalhadores, aos estudantes e a todo o povo brasileiro os seus direitos. Queremos para o Brasil uma anistia que respeite, pelo menos, a memória dos que foram mortos, que dê resposta aos casos de desaparecimento e promova a responsabilidade dos que o provocaram. Queremos uma anistia capaz de emudecer os ressentimentos das lutas entre facções e das vítimas do terror implantado no País, quando se torturou, matou, exilou, baniu aqueles que animavam sua luta na fome e na miséria do povo brasileiro, no desemprego e no analfabetismo, na injustiça e no arbítrio, na dependência e exploração econômica, enfim, em todos os pecados provenientes de uma ordem social desumana e injusta.

Queremos uma anistia que apague de nossa memória a injustiça e a opressão. Lamentavelmente, entretanto, vemos que o projeto do Governo está desprovido da generosidade que é apanágio das anistias e não levará à pacificação nacional. O Governo propõe não apenas uma anistia parcial, acanhada, contraditória e discriminatória, mas uma anistia hipócrita, que restringe e, conseqüentemente, pune no mesmo ato em que simula o perdão.

O projeto do Governo é injusto, desumano e antidemocrático na medida em que, ao mesmo tempo que concede anistia ampla, geral e irrestrita aos que, abusando da autoridade que se achavam investidos como agentes dos órgãos de segurança, seqüestraram, torturaram e mataram suspeitos de crimes contra a segurança nacional, restringe essa mesma anistia aos que, sem terem a responsabilidade decorrente do exercício do poder, cometeram delitos, destes só amparados os que não foram ainda condenados por decisão transitada em julgado.

Não podemos calar-nos diante de uma anistia que pretende passar uma borracha sobre os crimes praticados nos porões dos cárceres, como prática administrativa, e que se apresenta hipocritamente como implacável diante dos crimes de supostos terroristas. Uma anistia somente cumpre seu papel reconciliante na medida em que reintegra todos os cidadãos na comunhão dos direitos civis e políticos, para tanto, deve ser medida heróica, não covarde. Anistia restritiva não representa bom começo para uma vida nova.

Eis a oportunidade de o Governo reconstituir a autoridade enfraquecida pelas lutas civis e crises institucionais. A anistia ampla, geral e irrestrita, antes de constituir-se num gesto de grandeza, será um gesto de sabedoria do Governo e do Congresso. Se o momento é de conciliação, concorramos para a união, sem exceção, de todos os brasileiros, esqueçamos as discriminações e restrições odiosas e pratiquemos a liberdade e a justiça. Esqueçamos, inclusive, que existem mortos, desaparecidos, torturados, presos ou exilados, vítimas de perseguição política.

Quando da formulação da Comissão Parlamentar de Inquérito das Torturas e Direitos Humanos, há meses, diziam que não iria contribuir para a pacificação nacional, poderia atrapalhar o projeto do Governo sobre a anistia. Impediram a CPI e o Congresso ficou aguardando o projeto da anistia, capaz de devolver a paz à família brasileira. Cregou o momento, agora e portanto, de todos os que se empenharam nas articulações e manobras para que a CPI das torturas e direitos humanos não viesse a ser constituída provarem, com seu voto, que a solução encontrada antes realmente estava correta. Porque, com uma anista restrita, o mínimo que



o Congresso Nacional pode e deve fazer, para reparar a injustiça, é requerer de imediato a CPI das torturas e direitos humanos. É certo que poderemos até não ter condições de apurar e de responsabilizar criminalmente os responsáveis pelas violações e torturas, mas evitaremos, ao rompermos o silêncio e a omissão, a conivência com as injustiças perpetradas pelo regime. Teremos forçosamente que fazer nossa opção: anistia restrita mais CPI das torturas e direitos humanos ou anistia ampla, geral e irrestrita.

O que o Congresso não pode é render-se parcialmente na luta pela liberdade e em seus anseios de justiça e democracia.

**O SR. ALEXANDRE MACHADO (ARENA — RS. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, nada mais sagrado que os movimentos de reivindicação popular. Em países como o nosso, todavia, devem ser ordenados, dosados e realmente desencadeados em nome de causas efetivamente justas. De outra forma, a paralisação gratuita do País, longe de atender aos reclamos fundamentais de nossa sociedade, poderá jogar por terra o pouco já gradativamente conquistado em um decênio e meio. O Brasil não tem como agüentar movimentos paralisatórios indiscriminados e sucessivos. Nem o Presidente João Figueiredo, nem nenhum outro, como as coisas vão indo, terão condições de manter a ordem pública. Parece que se prepara a volta apoteótica dos que foram cassados pelo Movimento de Março: gasolina a Cr\$ 16,50 (já na hora precisa de seu retorno); Taxa Rodoviária Única mais que duplicada; seguro obrigatório mais que duplicado; diesel a preço duplicado e inexistente; custo de vida subindo desusadamente. O caldo de cultura é ideal para a chegada dos conhecidos messias.

O Governo propõe anistia e recebe hostilidade. Abre e chama-lhe de Ditadura. Meu Deus, o que andará havendo com o nosso País? Entende que os tecnocratas e os conselheiros oficiais não andam bem. Os primeiros, considero-os inimigos públicos. São eles a base do assessoramento de qualquer governo, ditatorial de esquerda ou de direita, que possa sobrevir entre nós. Os demais são pessoas bem intencionadas, infelizmente ao alcance daqueles. Demagogia parece ser a palavra mágica. As nossas lideranças parecem preocupadas em obedecer ordens. Ainda ontem ouvi falar em brigada-de-choque do General Figueiredo. Imaginem só: brigada-de-choque. O General Figueiredo não estaria precisando de brigada-de-choque, mas de contribuição sábia baseada em pensamentos bem posicionados, de contribuição desinteressada e, todavia, imparcial, que lhe possibilite a correção de erros clamorosos e até brutais algumas vezes. Em vez de brigada-de-choque, entendo que determinadas medidas deveriam receber um tratamento de choque e serem simplesmente rejeitadas. Com isso o Brasil ganharia mais justiça e mais tempo para recuperar-se das dificuldades por que está passando.

Não nos esqueçamos de que o ex-Governador Magalhães Pinto já está bem mais velho e fora do Governo de seu Estado. É colega nosso nesta Câmara Federal. O General Mourão já partiu do nosso convívio, infelizmente. Governador nomeado não tem como fazer revolução nem condições de precipitá-la. Os tempos são outros. Respeitemos o amanhã. Nova revolução apenas poderia ser feita com lideranças reais, muitas das quais foram cassadas para servir aos que se adonaram do Movimento de Março. Foi o caso de Lacerda, Adhemar de Barros, Juscelino Kubitschek e tantos que não deixaram sucessores e que partiram deste mundo. Estes tinham força e liderança com suas palavras. A própria consciência popular pulsava em suas próprias consciências. E agora? Meditemos: sejamos humildes, não pensemos jamais na bajulação, olhem para nossa realidade e para a correção dos erros, a contribuição permanente de nossa inteligência.

Considero consolidado, sem peias, o método repetitivo, de concordância permanente, em torno do qual busca-se fazer verdadeira moda. Nunca se repetiu tantas vezes, e tantas pessoas, as mesmíssimas palavras e expressões dos patrões do dia, como hoje. Se o Presidente disser que tal coisa é assim ou assado, cada Governador igualmente bem o repete, bem como cada líder político de nível federal ou estadual, usando os mesmos termos e as mesmas expressões. Sei perfeitamente que, se amanhã o Presidente Figueiredo negar o que disse hoje, a negação também será de ordem geral. Neste fato reside minha maior preocupação. Ninguém por aí parece andar pensando pela própria cabeça. Quando falo "ninguém", refiro-me tão-somente aos que estão à volta do Poder. Está havendo um verdadeiro concurso. Alguns dão impressionante ênfase ao que dizem.

Há que mudar-se enquanto haja tempo. Há que contribuir-se com Figueiredo, usando a pujança e o idealismo de cada pensamento válido. Ou muitos pensam, ou o País vai à cucuia.

A verdade indiscutível é que essa forma de fazer-se greves preocupa a quem tenha a cabeça no lugar. Só os bajuladores e inconseqüentes não o vêem. Quem grita mais e pára mais recebe mais! Não há nenhum critério. No Rio Grande do Sul, o professor secundário, isto é, o que tem curso superior, recebe um piso salarial de Cr\$ 4.000,00. Já um cobrador de ônibus, após a última

greve, passou a receber bem mais e um motorista quase o dobro. Para os professores, o Governo negou-se a pagar mais. Para os vendedores de ônibus e construção civil, festejou o movimento. Há que parar-se para pensar, enquanto há tempo. Há que fixar-se normas de orientação e hierarquia. Há que definir-se o que sejam serviços essenciais. A liberdade somente tem sentido se tutelada pela responsabilidade. A liberdade sem freios não é liberdade, é licenciosidade. Muitos países já se suicidaram por haverem trocado a liberdade baseada na lei pela liberdade alicerçada na anarquia.

Os aumentos sucessivos estão sendo transferidos para o povo, para o consumidor. Se o ordenado de um trabalhador na construção civil for demasiado, o pobre jamais terá casa própria. No outro caso, dos cobradores e motoristas de ônibus, as passagens dos coletivos seriam proibitivas.

As coisas resolvidas de forma simplista são de um ridículo atroz. Cabe ao Governo, com energia e mão forte, usando bom senso, antecipar-se a esses movimentos, evitando injustiças ou abusos clamorosos.

**O SR. LAZARO DE CARVALHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Nação brasileira está de olhos, ouvidos e pensamento voltados para o Congresso Nacional, esperando que seus legítimos representantes, eleitos que foram pela vontade popular manifestada nas urnas, concretizem o anseio generalizado de anistia ampla, geral e irrestrita.

O Brasil inteiro exige que o Poder Legislativo dê mostras de sua altivez, de sua dignidade, de sua força; que exerça com plena independência suas atribuições constitucionais e não se curve, mais uma vez, às imposições, aos caprichos, à insensibilidade do autoritarismo que se instalou no poder quinze anos atrás, e cuja última prova é o arremedo de projeto de lei que concede anistia e dá outras providências.

A análise, mesmo que superficial, da proposição encaminhada pelo Poder Executivo põe a nu todas as contradições, toda sua iniquidade, todas as distorções que pretende consagrar, enfim, sua total incompatibilidade com os reclamos de pacificação nacional.

A parcialidade do projeto do Governo é evidenciada pela exclusão das pessoas que foram destituídas de cargo administrativo ou de representação sindical, dos estudantes e professores punidos com base em atos de exceção, dos condenados pela prática de crimes políticos, mas, paradoxalmente, pretende beneficiar os agentes da implacável repressão, que cometeram os mais hediondos atentados contra os direitos humanos de seus eventuais adversários e oponentes do regime ditatorial.

Outra gritante distorção, que esperamos não seja acatada no seio das Casas do Congresso Nacional, é o condicionamento do retorno ou reversão dos servidores públicos à existência de vaga e ao interesse da administração, além da humilhante exigência de requerimento para a concessão do perdão. As comissões previstas no projeto para instruir e processar os pedidos de reintegração nada mais são do que verdadeiros tribunais secretos do arbítrio, que terão em suas mãos o destino de milhares de brasileiros injustamente afastados de suas atividades e que ficarão sujeitos a novos julgamentos.

Os idealizadores do projeto pretendem manter à margem da anistia os cidadãos punidos por atos de improbidade, que no mais das vezes sequer foram comprovados, inclusive os absolvidos pelo Poder Judiciário.

Que esquecimento é esse, Sr. Presidente, que discrimina injustamente, que beneficia alguns e exclui outros, embora hajam praticado os mesmos atos?

Não podemos, Srs. Deputados, pactuar com todas essas restrições, com todas essas limitações, sob pena de estarmos contribuindo para impedir a ampla reconciliação nacional exigida pela sociedade, e que é indispensável para o retorno do País à completa normalidade democrática.

Também quanto ao prazo de abrangência, o projeto de anistia deve ser aperfeiçoado, estendendo-se sua aplicação até à data da vigência da lei em que será convertido, nada fundamentando o alcance da medida somente aos atos cometidos até 31 de dezembro de 1978.

Sabemos da existência de fortes pressões contrárias à alteração do projeto oriundo do Executivo, como não temos dúvida de que os eternos defensores do regime de arbítrio e de exceção não deixarão de manifestar-se, em mais uma prova de subserviência e de servilidade ao autoritarismo implantado no País. Temos certeza, no entanto, de que desta vez preponderará unicamente o desejo de atender aos legítimos interesses da Pátria, com a aprovação de uma lei que de fato possibilite o reencontro de todos os nossos compatriotas com a paz social.